ASSOCIAÇÃO FILATÉLICA E NUMISMÁTICA DE SANTA CATARINA

BOLETIM INFORMATIVO Nº 62

AGOSTO DE 2010

ASSOCIAÇÃO FILATÉLICA E NUMISMÁTICA DE SANTA CATARINA

Rua dos Ilhéus, 118 sobreloja 9 - Ed. Jorge Daux
CEP 88.010-560 - Florianópolis - SC
Fone/fax: (48)3222-2748

A **AFSC**, fundada em 6/8/1938, é uma Entidade sem fins lucrativos, reconhecida de Utilidade Pública pela Lei Estadual 542 de 24/09/1951 e pela Lei Municipal 970 de 20/8/1970.

A **AFSC** é filiada à **FEBRAF** - Federação Brasileira de Filatelia,
à **FEFIBRA** - Federação dos Filatelistas do Brasil,
e à **FEFINUSC** - Federação Filatélica e Numismática de Santa Catarina.

DIRETORIA eleita em julho de 2010 para o período de
agosto/2010 a agosto/2011:

Presidente:	Luis Claudio Fritzen
Vice-presidente:	Ernani Santos Rebello
Primeiro secretário:	Milton Milazzo Jr
Segundo secretário:	Felix Eugênio Reichert
Primeira tesoureira:	Lucia de Oliveira Milazzo
Segundo tesoureiro:	Eduardo Schmitt
Diretor de Sede:	Ademar Goeldner
Conselho fiscal:	Paulo Gouveia de Matos
	Rubens Moser
	Sérgio Laux
	Daniela Suzuki (Suplente)
	Demétrio Delizoicov Neto (Suplente)
	Romeu Odilo Trauer (Suplente)

EDITORIAL

Se existe algo com que colecionadores sonham é o “diferente” - a peça única, exclusiva. É também unanimidade entre eles que somente o estudo, a leitura e a pesquisa levam àquela conquista.

É nesse caminho que o nosso Boletim Santa Catarina Filatélica número 62 se embrenha. O leitor tem em mãos artigos elucidativos e formadores de opinião. Matérias que podem servir de base para o aprimoramento de suas coleções e para o debate em nossos clubes e associações.

Ao ensejo de mais um Encontro de Colecionadores, que a AFSC organiza ao completar o seu 72º Ano de Fundação, temos a satisfação de lançar este número que mostra o quanto ainda podemos e temos que aprender.

Vale convidar aqueles que conseguiram novas descobertas para que registrem, descrevam e tragam sua contribuição para o nosso periódico. Estaremos sempre de portas abertas.

Para finalizar, queremos enfatizar e repetir nosso ponto de vista:

A divulgação é essencial. Ampliar e compartilhar conhecimentos e ideias são sempre bons caminhos para o desenvolvimento de uma atividade.

PARTICIPE!

Boa leitura,

A Diretoria

ÍNDICE GERAL

“Hell Money - Dinheiro do inferno”

Márcio Rovere Sandoval - Barretos, SP

Figura 1 - Papel de oferenda ou bilhete funerário chinês contemporâneo, em estilo “tradicional” - 132 x 115 mm.

> *“A origem de todas as coisas reveste-se de lendária suavidade. Mesmo depois de estudarem-se os comprovantes de um fato histórico, a imaginação procura dar-lhe roupagens poéticas, de modo que a ocorrência possa ter um conteúdo humano, nem sempre transmitido pela frieza dos documentos*” (***in***: Dinheiro no Brasil. F. dos Santos Trigueiros. Rio de Janeiro: Leo Christiano Editorial. 1987, p. 34).

Quando Marco Pólo (1254 – 1324) em 1295 retornou da China e revelou que o imperador *Kublai Khan* (1215 – 1294) imprimia folhas de papel valendo tanto quanto ouro ou prata e ainda a existência do costume de queimar falsos bilhetes em homenagem aos mortos, seus contemporâneos restaram incrédulos.

Não era por menos, na Europa a moeda era exclusivamente metálica e uma forma aproximada do papel-moeda, a letra de câmbio, somente apareceria cem anos mais tarde, já no século XIV.

Naquela época os chineses já tinham criado um sistema bancário complexo e utilizavam bilhetes de papel impressos pelo método xilográfico (placas de madeira gravadas) e calcográfico (placas de bronze) que continham o selo imperial, a assinatura do Tesoureiro e a sanção pela eventual falsificação, a pena capital. Essa mesma pena seria também aplicada a

todos aqueles que recusassem o recebimento dos bilhetes. Tinham curso forçado semelhante aos atuais, isto quer dizer, não tinham lastro em ouro ou prata, situação semelhante só ocorreria no mundo ocidental depois da 1ª Guerra Mundial.[1]

O papel-moeda apareceu na China por volta do século VIII de nossa era por razões de ordem prática e cultural.

Mas como se deu essa descoberta? Vamos remontar ao passado.

Pesquisas arqueológicas comprovadas situam o aparecimento da escrita entre os chineses por volta de 1400 a.C. [2]. Para efeito comparativo temos que as primeiras inscrições suméricas são de cerca de 3300 a.C. e os hieróglifos egípcios de 3100 a.C.

Os chineses usaram diversos suportes para a escrita, como ossos de animais (entre 1400 e 1100 a.C.), utensílios de bronze (a partir de 1100 a.C.), pedras (a partir de 750 a.C.), matérias vegetais como cascas de árvore, ripas de madeira, lâminas de bambu (em torno de 1100 a.C.) e tecidos como a seda (a partir de 750 a.C)[3].

Nos anais da história chinesa, a invenção do papel é precisamente datada, ano 105 de nossa era, e o inventor seria *Cai Lun*, alto funcionário da corte de *Han*. Descobertas arqueológicas, no entanto, sugerem que o papel já era utilizado desde a metade do II milênio a.C. *Cai Lun,* mesmo não sendo o inventor do papel como suporte da escrita, teria introduzido melhorias técnicas (introdução de fibras de tecido), dotando o papel de características que permitiram sua melhor utilização.

Como surgiu o papel-moeda entre os chineses? Para descortinar essa questão vamos primeiro conceituar o objeto.

> *"O bilhete de banco[4] se apresenta como um retângulo de papel, na maioria das vezes ilustrado, que traz a indicação de um valor monetário e que se destina a servir de instrumento de pagamento. Totalmente desmunido de valor intrínseco, permanece ligado às relações fundamentais entre a inscrição e o valor financeiro e pode ser interpretado como a consequência longínqua do processo que fez nascer simultaneamente a escrita e o traço contável a mais de 5000 anos na Suméria. O papel-moeda também atesta o irreversível movimento de desmaterialização da moeda. Moeda esta que foi conduzida do mundo das coisas ao mundo dos signos. A moeda confirmava pela sua presença tangível o valor real da troca e foi sendo substituída progressivamente por um "papel confiança" de natureza simbólica."*
> (***in***: La saga du Papier. Pierre-Mark Biassi e Karine Douplitzky. Paris: Sociéte nouvelle Adam Biro e Arte Éditions, 2002, p. 234).

No mundo ocidental, os bilhetes de banco estiveram no início de sua existência amparados por uma garantia palpável, representada por um peso definido em metal precioso conversível sobre simples demanda (pelo menos em tese).

Inventado pelos chineses no séc. VIII, após uma penúria de espécies metálicas (moedas de cobre), o papel-moeda só seria efetivamente implantado na Europa com a criação do Banco da Inglaterra, em 1694.

Inicialmente os bilhetes de banco eram lastreados, podendo ser denominados mais

apropriadamente como moeda-papel. Essa garantia foi desaparecendo pouco a pouco e os bancos passaram a emitir além do que poderiam resgatar, gerando crises e desconfiança em relação a estas emissões.

O papel-moeda acabaria por se impor após a 1ª Guerra Mundial, quando em geral foi suprimida a conversibilidade da qual o público raramente fazia uso.

A garantia do ouro foi substituída pelo sistema internacional de equilíbrio recíproco das moedas com lastro sobre as divisas dominantes, com utilização da libra esterlina e do dólar, depois apenas do dólar. (*op. cit.* p.234). Hoje é justamente a China que vem contestando este sistema.

Voltando ao Oriente.

Como vimos, o papel-moeda teria aparecido na China no séc. VIII de nossa era por causa de uma penúria de espécies metálicas.

Vamos insistir na denominação papel-moeda e não moeda-papel. Desta forma surgirá a questão: como poderia ter surgido o papel-moeda na China já com esse conceito abstrato (desmunido de valor intrínseco) que só veio a se concretizar no mundo ocidental séculos mais tarde, mais precisamente no início do séc.XX, após a 1ª Guerra Mundial?

A explicação está no próprio conceito abstrato da moeda na sociedade chinesa daquela época. Os chineses utilizavam no dia-a-dia moedas de cobre, segundo se acreditava mais apropriadas para a utilização diária do que o ouro e a prata. Assim, a moeda na sociedade chinesa era um sistema local de relações fiduciárias sem valor intrínseco. No início, os comerciantes emitiam as moedas ou mesmo os bilhetes, sendo a garantia de “pagamento” a notoriedade e riqueza do empreendedor.

As primeiras experiências do papel-moeda, no entanto, estão ligadas ao crescimento do comércio, que gerou falta de numerário, que por sua vez não podia ser implementado por causa da escassez das reservas de cobre. Havia ainda o problema da abundância de moedas falsas.

Desde a metade do séc. III a.C., a unidade monetária chinesa é o *sapeca* (*sapeque ou cash*), uma moeda de cobre com um buraco no meio. A unidade superior, o *min* ou o *guan* equivalia a mil *sapecas* amarrados entre si através de um fio.

Essas moedas juntas pesavam mais de três quilos, dificultando enormemente o seu transporte.

No final do séc. VIII d.C., os grandes comerciantes tinham o hábito de confiar as moedas contra um bônus emitido pelo poder imperial, conhecido como “moeda volante” *(Feiqian).* Eram verdadeiras letras de câmbio.

Na dinastia Song (960 – 1279), a persistência da penúria de cobre deu origem a uma moeda de ferro, intransportável, que acabou precipitando o surgimento do papel-moeda.

No inicio, os próprios comerciantes o emitiam e, em torno de 1070, o Estado o instituiu na forma de assinados.

No séc. XII, com a expansão sobre o Ocidente, é emitida grande quantidade de papel-moeda, causando inflação que se estende até a dinastia Mongol (séc. XII a XIV). Na dinastia Ming (1368 – 1644), a China entra em contato com as correntes monetárias ocidentais e adquire a prata das colônias espanholas (e até portuguesa) da América, difundidas a partir das

Filipinas no final do séc. XVI. O Imperador *Yung Lo* (1403 – 1425) aboliu a utilização do papel-moeda na China, voltando o mesmo a circular depois de 1851[5].

Assim, as primeiras manifestações do papel-moeda tiveram curso na China do séc. VIII. **Mas qual seria a inspiração para a sua criação?**

Figura 2 - Papel de oferenda ou bilhete funerário, imitando uma barra de ouro - 86 x 35 mm.

O papel-moeda utilizado nas trocas comerciais reais teria sido criado senão a imitação de uma moeda fictícia bem mais antiga utilizada no culto dos mortos pelos budistas e taoístas.[6] Essa moeda fictícia é denominada *"paper offering"* ou "*joss paper*" em inglês e "*papier d'offrande*" ou "*billets funéraires*", em francês.

A moeda de oferenda passou a ser feita de papel desde o séc. III ou IV d.C para o culto dos mortos. Como vimos, Marco Pólo observou essa prática.

Os bilhetes fictícios, imitando placas de ouro, são transformados em fumaça e montam em direção aos céus e hão de se reconstituir no outro mundo (*no Além*) para pagar a dívida que o defunto havia contraído na sua nascença com a tesouraria *"do Além"*. Da mesma forma se queimam papéis de ouro fictício diante das casas e aos pés das divindades, para lhes implorar favores; no interior das casas para proteção do lar; queimados no exterior previnem os efeitos maléficos.

A expressão *"do Além"* significa inferno, mas difere do conceito ocidental de inferno. Para os orientais, o inferno é um local de passagem e não de castigo. Quando os missionários ocidentais ameaçavam os chineses com o sofrimento eterno no inferno, eles não compreendiam e a ameaça não fazia efeito.

A utilização da moeda de oferenda é uma tradição milenar na China, sendo que até mesmo os *cauris*[7] foram imitados, ainda no período neolítico.

Com a imigração chinesa no mundo e a partir do final da década de 60 (a que tudo indica) passaram a ser impressos *bilhetes funerários* ou *papel de oferenda* em estilo ocidental, imitando bilhetes de bancos americanos e mesmo de outros paises asiáticos, bem como chineses. As formas tradicionais ainda continuam sendo fabricadas, veja figura 1.

Esses bilhetes funerários modernos são denominados *"Hell Bank Note"*, ou seja, *"papel moeda do inferno"*. Essa denominação foi dada durante o séc. XIX pelos colonizadores ingleses, que os denominavam *"Hell Money"*. Não se trata de uma brincadeira e nem de algo ofensivo, a resposta a sua existência está na tradição taoísta e budista[8] que prevê a queima do papel de oferenda como acima mencionado.

Existe uma variedade muito grande desses bilhetes. Um estudo na década de 70, em Taiwan, apontava mais de 800 tipos (dos tradicionais). Em muitos, aparece a imagem do

Imperador Jade, que na mitologia taoísta é o senhor dos céus e de todos os domínios de existência abaixo, incluindo o homem e o inferno.

Na sequência, temos a reprodução de alguns dos bilhetes contemporâneos.

Figura 3 - Papel de oferenda ou bilhete funerário chinês contemporâneo em estilo moderno (Hell Bank note), imitando as cédulas de banco. No anverso, à direita, temos o Imperador Jade. Observe o grande "valor nominal" deste bilhete - dois bilhões.

Figura 4 - Papel de oferenda ou bilhete funerário chinês contemporâneo em estilo moderno (Hell Bank note), imitando as cédulas de 100 yuan da China. No anverso, temos a mesma imagem do bilhete antecedente, o Imperador Jade.
Este bilhete é muito semelhante ao original de 100 yuan, podendo inclusive passar pelo verdadeiro aos desavisados - 150 x 72 mm.

Observação: Este é um estudo preliminar, baseado na pouca literatura disponível sobre o assunto. A maioria dos textos sobre a historia do papel-moeda não menciona suas origens como sendo uma variação dos papéis utilizados na tradição religiosa chinesa. Por este motivo tratamos a questão como hipótese provável.

Bibliografia:

BIASI, Pierre-Mark de e DOUPLITZKY, Karine. ***La saga du Papier.*** Paris: Société nouvelle Adam Biro e Arte Éditions, 2002.
BOEYKENS, Coralie. ***Le billet, une invention chinoise?*** Musée de la Banque nationale de Belgique – http://www.nbbmuseum.be/fr/2007/09/chinese-invention.htm
HOU, Ching-Lang. ***Monnaies d'offrande et la notion de thésorerie dans la religion chinoise.*** Paris: Institut de hautes études chinoises. 1975.
Obs.: Este livro traz informações sobre a moeda de oferenda em Taiwan, onde, segundo o autor, esta prática conservou-se mais do que no continente (em virtude da Revolução Cultural neste último). O autor, um colecionador, adotou a classificação corrente em Taiwan e estabeleceu um catálogo.
PICK. Albert. ***Standard Catalog of World Paper Money.*** USA: Krause Publications, 12ª Edition, General Issues (1368 – 1960), 2008.
Obs.: Este catálogo apresenta na parte concernente à China, a catalogação dos bilhetes mais antigos existentes, quais sejam: Dinastia Ming (1368-1644) AA2 – 20 cash (1375), AA3 – 300 cash (1368-99) e AA10 – 1 kuan (1368-99).
SANDROCK, John E. ***Ancient Chinese Cash Notes – The world's first paper money*.**
Part I: http://www.thecurrencycollector.com/pdfs/Ancient_Chinese_Cash_Notes_-_The_Worlds_First_Paper_Money_-_Part_I.pdf
Parte II: http://www.thecurrencycollector.com/pdfs/Ancient_Chinese_Cash_Notes_-_The_Worlds_First_Paper_Money_-_Part_II.pdf
Obs.: Estudo disponível *on line*, traz diversas imagens e fragmentos dos bilhetes antigos da China, inclusive da moeda volante.
TRIGUEIROS, F. dos Santos. ***Dinheiro no Brasil.*** Rio de Janeiro: Leo Christiano Editorial, 1987.

NOTAS:

[1] Alguns autores afirmam que inicialmente os bilhetes eram "lastreados" nas moedas de cobre e depois, sobrevindo a inflação, teria sido utilizado o ouro e prata em alguns períodos.
[2] Certas inscrições evocam períodos anteriores em torno de 2500 a.C, mas ainda não comprovados.
[3] As datas são todas aproximadas.
[4] Cédula bancária na denominação técnica.
[5] Ainda estamos à procura de maiores evidências sobre esse acontecimento.
[6] São raros os autores que mencionam estes antecedentes mas encontramos menção até mesmo no site oficial da Banco da Bélgica, país com grande tradição em numismática.
[7] *Cauri* é um molusco marinho cuja concha foi utilizada no passado, na Ásia e na África, como moeda.
[8] Essa tradição pode ter origem até mesmo em cultos ancestrais.

Material inapropriado numa Coleção Temática

Carlos Dalmiro da Silva Soares - Itajaí, SC

Na busca da tão almejada diversidade de peças, muitos filatelistas temáticos acabam, de forma inapropriada, cogitando incluir em suas coleções artigos notadamente não postais. Trata-se de itens que, muito embora tenham perfeita sintonia com a temática abordada pelo colecionador, não se investem de qualquer correlação postal, incluindo-se exclusivamente no campo das artes gráficas ou de simples propaganda privada. Vejamos:

Envelopes privados timbrados, circulados ou não, constituem-se num material inadequado no campo da filatelia temática. Embora exibam uma propaganda e contenham, por vezes, numerosos

elementos temáticos, devemos ter claro que não foram produzidos pela autoridade postal, mas por um particular, seja este pessoa física ou jurídica. Logo, suas ilustrações ou textos não são elementos postais e não podem ter lugar em nossa coleção para documentar o tema.

No caso desse tipo de peça, o único elemento filatélico existente é a marca postal, no

caso abaixo, uma flâmula, onde consta a referência Porte Pago (PP). O desenho que referencia a marca Mobil não tem importância postal. Mobil é marca privada, devemos frisar.

Em alguns casos, essas peças chegam a ser produzidas a partir de inteiros postais, mediante a prática da repicagem (figura ao lado), ganhando assim elementos publicitários. O fato de serem emitidos a partir de uma origem pública, não tem o condão de oficializar os adereços temáticos impressos posteriormente, sendo, da mesma forma, não incorporáveis às nossas coleções pelo tema da propaganda.

Da mesma forma, os **serviços de transporte de pequenas encomendas ou mesmo correspondências**, prestados por particulares, em concorrência aos serviços postais, são privados por excelência. Muitas dessas empresas chegam(ram) a emitir formulários similares a inteiros, contando com elementos de apelação temática. Por não serem produzidos pela autoridade postal, devem igualmente ser descartados. No caso da próxima imagem (página seguinte), temos algo similar aos atuais serviços de moto-táxis, o serviço "PETIT-BLEU – Mensageiro", que era operado por meio de bicicletas, na cidade do Rio de Janeiro.

Cinderelas ou etiquetas de propaganda são, da mesma forma, elementos privados, produzidos por particulares, para divulgar eventos, produtos ou serviços. Não se prestam a portear cartas ou comprovar serviços postais. Desta feita, não têm qualquer natureza postal ou telegráfica. Sem razão, igualmente, o seu emprego em nossos trabalhos temáticos.

Essas cinderelas, em alguns casos, podem ser apresentadas sob a forma de cadernetas, similares às emitidas pelas autoridades postais, mas por estarem aqui também contidas na esfera da propaganda privada não podem ser incorporadas, em seu conjunto, em nossas coleções, vez que não têm função postal.

Outro não deve ser o entendimento quando as cinderelas são afixadas em cartas e acabam, inclusive, sendo obliteradas. Devemos ter presente que também, nesse caso, as cinderelas não cumprem o papel de portear a correspondência, constituindo-se em mero adorno na missiva.

Os **cartões-postais**, da mesma forma estes, estão fora do campo da filatelia, vez que são emitidos, em regra, no campo privado. Trata-se de um conjunto composto de uma foto e trabalho gráfico retratando cidades e seus pontos turísticos, encontrando-se à venda em bancas de jornais e livrarias, como suvenir. Sua concepção é basicamente a de uma foto elaborada para remessa postal. De um lado a gravura e do outro lado o espaço para escrever a mensagem, apor endereço e afixar o selo postal pelo remetente.

Devemos observar que igualmente as administrações postais, em determinados momentos, emitiram toneladas de cartões-postais, sob a forma de inteiros (imagem abaixo). Nesse caso, esses itens podem ser empregados em nossos trabalhos, vez que se revestem de um conjunto selo e cartão, tudo impresso pela autoridade postal e auto-franqueado. Apenas nesse caso poderemos incluir um "cartão-postal" em nossa coleção, vez que apresentado na forma de um inteiro postal.

Os cartões telefônicos, objeto da telecartofilia, sem nenhuma correlação postal, devem ser descartados. Prestam-se exclusivamente ao custeamento dos serviços telefônicos, sem importância postal.

* O autor é filatelista temático, membro da Associação Filatélica e Numismática de Santa Catarina (AFSC), da Associação Brasileira de Filatelia Temática (ABRAFITE), integrante da diretoria da FEFINUSC e expositor com suas coleções "Petroleum: The Black Gold" "Earthquake" e "Energia Nuclear".

EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS (ECT)
Diretoria Regional de Santa Catarina
Seção de Filatelia
Elisangela Maciel de Lima – elis@correios.com.br
Laura Possamai – laurapos@correios.com.br

Notícias, programação de Eventos Filatélicos, Carimbos Comemorativos e Selos Personalizados

Rua Romeu José Vieira, 90 – bloco B – 7º Andar
Bairro: Nossa Senhora do Rosário – São José/SC
CEP 88110-906 – Telefone: (48) 3954-4032

Unidades com Atendimento especializado em Filatelia

Selos Comemorativos e Editais
Envelopes Comemorativos
Coleções Anuais

Em Florianópolis

Agência Central de Florianópolis
Praça XV de Novembro, 242, Centro
CEP 88010-970 – Telefone (48) 3229-4336

Agência Bairro Agronômica – Avenida Irineu Borhausen, 4.800
CEP 88025-970 – Telefone (48) 3333-0085

Em Blumenau

Agência Victor Konder – Rua São Paulo, 1.277, Bairro Victor Konder
CEP 89012-971 – Telefone (47) 3340-6772

Em Joinville

Agência Joinville – Rua Princesa Isabel, 394, Centro
CEP 89201-970 – Telefone (47) 3433-1574

Os 960 Réis da Prorrogação de 1816, na Bahia

Paulo Gouveia de Matos - Florianópolis, SC

Os 960 Reis, da Casa da Moeda do Rio de Janeiro, têm a virtude de serem mais bem cunhados que os da Bahia. De uma maneira geral, esse fato é associado à maior cunhagem no Rio, em relação à Bahia, e à necessidade de estruturar o processo para atender a demanda. Fato curioso é que no levantamento dos dados de cunhagem, a Casa da Moeda da Bahia cunhou pelo menos duas vezes mais moedas por anverso que a Casa da Moeda do Rio.

Bahia ano	quantidade	anversos	moedas/ anverso	Rio ano	quantidade	anversos	moedas/ anverso
1810	229728	7	32818	1810	1059608	40	26490
1811	144578	3	48193	1811	293999	25	11760
1812	352306	10	35231	1812	232278	24	9678
1813	407000	11	37000	1813	1098421	87	12626
1814	928187	8	116023	1814	718347	50	14367
1815	764497	7	109214	1815	855153	92	9295
* 1816	2661941	23	115737	1816	1214486	61	19910
				1817	1599534	76	21047
				1818	1895290	112	16922

* moedas com data de 1816, somados os anos de 1816,17,18,19 e desprezada a contribuição de 1819 Reino Unido.

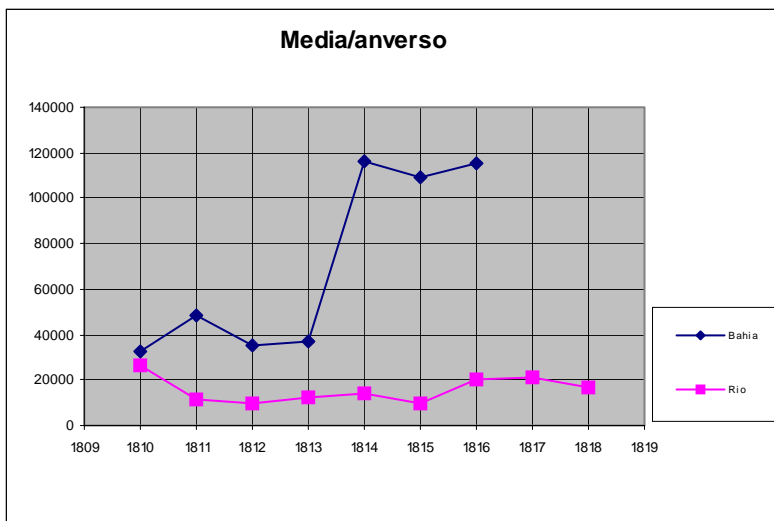
Local	Periodo	total cunhado	anversos	media/ anverso *(1)
Bahia	1810-1816	5488237	69	70602
Rio	1810-1816	5472292	379	14875
Bahia	1810-1813	1133612	31	38310
Rio	1810-1813	2684306	176	15138
Bahia	1814-1816	4354625	38	113658
Rio	1814-1816	2787986	203	14524
Rio*(2)	1814-1816	6282810	203	16308

*(1) media/anverso é a soma das medias anuais/numero de anos.

*(2) rio 1814-1816 somadas as de 1817 e 1818 conforme feito na Bahia.

No período de 1810-1813. Enquanto a Bahia cunhava 40.000 por anverso o Rio não chegava a 20.000. O fato em si chama atenção para o método usado. Seja por menor pressão no cunho ou pelo dueto aquecimento/resfriamento das moedas base. Reduzindo-se a pressão do cunho, o alto

relevo nas moedas seria menor e as bases ficariam mais nítidas, o que parece ser verdade nas moedas da Bahia, em especial após 1814. Essa forma de ver acaba por justificar a má qualidade dos 960 lá cunhados, e a característica mais rudimentar da cunhagem baiana.
Continuando a análise dos dados, começa a aparecer algo inesperado. O fator de cunhagem aumentou cinco vezes, em relação ao Rio, no período 1814-1816, ou seja: conseguiam produzir, em média, mais de 100.000 moedas por cunho de anverso. Enquanto o Rio continuava se mantendo em menos de 20.000. Na Bahia, percebem-se nitidamente dois períodos bem distintos no perfil da cunhagem. Um de 1810-1813 e outro de 1814-1816.

O método mudou em 1814, elevando a média de menos de 40.000 para mais de 100.000. Não existem referências históricas que nos esclareçam o que levou os abridores de cunho a realizarem esse feito. Não temos notícia de cunhos mais resistentes ou outro método de cunhagem. Nada parece ter mudado. O que existe é um número reduzido de cunhos e a necessidade de cunhar moedas. Resta novamente a explicação de usar menos pressão, melhor cozimento das bases, cuidado na cunhagem e uso dos cunhos no limite.

Dois pontos das curvas merecem observação, 1810 e 1816. Em 1810, nota-se que foi o ano em que as cunhagens Rio e Bahia mais se aproximaram, talvez pela diretriz de cunhagem ter sido passada às duas casas, refletindo-se na proporcionalidade entre cunhos e cunhagem. Bahia 7 cunhos para 230.000 e Rio 40 cunhos para 1.000.000. A observação prática desse evento é 1810 Bahia e 1810 Rio com qualidade bem mais próxima do que o restante do período. Em moedas com data de 1816, além da média de cunhagem elevada, os manuais de classificação nos mostram um número de variantes raras e escassas, muito superior aos demais anos. Torna-se necessário, para uma melhor correção nos dados, considerar a contribuição que esses anversos possam trazer e como podem modificar as médias de cunhagem.

Dados e critérios de cálculo para correção de dados

Na nossa correção de dados, os anversos raros e escassos precisam ter reduzida sua contribuição para a média. Dessa forma, vamos ponderar a média da seguinte maneira:

1- Anversos raros, peso zero (excluído da média) - cunhagem <500 não interfere na média, seja para o Rio ou Bahia.

2- Anversos escassos, peso 0,2 - cunhagem suposta <4.000 (até um valor de 4.000 não vai interferir de forma a mascarar os dados).

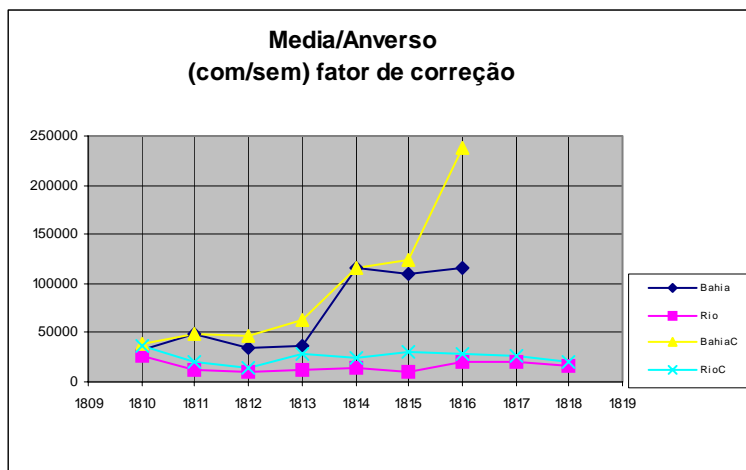
3- A) anversos raros - todas as variantes do anverso são raras.

B) anversos escassos - podem ter variantes apenas raras e escassas. Se tiver uma única escassa será considerado escasso. Se tiver mais de uma escassa o peso será multiplicado pelo número de variantes escassas.

C) anversos comuns, peso 1 - podem ter variantes raras e escassas. Caso haja pelo menos uma comum, será considerado comum.

O que sabemos das variantes raras e escassas nos permite dizer que os números adotados para correção são extremamente conservadores e, mesmo assim, adotados para excluir a possibilidade de distorções que levem a um aumento artificial da média.
Na análise final será considerada a hipótese de que as variantes raras ou escassas sejam assim, não por terem sido pouco cunhadas, mas podem ter sido derretidas, perdidas ou destruídas ao longo do tempo.

Aplicando os critérios dos anversos raros e escassos, com os fatores de correção para as médias, passaríamos a ter os valores apresentados nas tabelas da página seguinte.

Fazendo o gráfico das médias puras e corrigidas:

Bahia ano	quantidade	anversos	moedas/ anverso	anversos raros	anversos escassos	fator correção *(1)	moedas/ anverso
1810	229728	7	32818	1		1,0	38288
1811	144578	3	48193			0,0	48193
1812	352306	10	35231	1	2	2,6	47609
1813	407000	11	37000	3	2	4,6	63594
1814	928187	8	116023			0,0	116023
1815	764497	7	109214		1	0,8	123306
1816	2661941	23	115737	7	6	11,8	237673

*(1) Anversos só c/ moedas raras=0 - escassas e sem comuns = 0,2 X escassas

Rio ano	quantidade	anversos	moedas/ anverso	anversos raros	anversos escassos	fator correção	moedas/ anverso
1810	1059608	40	26490	6	6	10,8	36288
1811	293999	25	11760	6	6	10,8	20704
1812	232278	24	9678	2	6	6,8	13505
1813	1098421	87	12626	27	25	47,0	27461
1814	718347	50	14367	12	11	20,8	24601
1815	855153	92	9295	42	27	63,6	30111
1816	1214486	61	19910	6	17	19,6	29335
1817	1599534	76	21047	7	10	15,0	26222
1818	1895290	112	16922	7	10	15,0	19539

Local	Periodo	total cunhado	anversos	media/ anverso *(1)	mediaC/ anverso *(1)	fator Bahia/Rio	fatorC Bahia/Rio
Bahia	1810-1816	5488237	69	70602	96384		
Rio	1810-1816	5472292	379	14875	26001	4,7	3,7
Bahia	1810-1813	1133612	31	38310	49421		
Rio	1810-1813	2684306	176	15138	24489	2,5	2,0
Bahia	1814-1816	4354625	38	113658	159001		
Rio	1814-1816	2787986	203	14524	28016	7,8	5,7
Rio*(2)	1814-1816	6282810	203	16308	25962	7,0	6,1

*(1) media/anverso é a soma das medias anuais/numero de anos

*(2) rio 1814-1816 somadas as de 1817 e 1818 conforme feito na Bahia

Com base nos fatores de correção, percebe-se no gráfico que ao longo de todo período 1810-1818, no Rio, continuamos com a média de 25.000 ou levemente acima. Mesmo surgindo uma quantidade significativa de anversos raros e escassos, não houve nenhuma mudança significativa nas médias de cunhagem.

Na Bahia, ao longo do período 1810-1815, também não existe modificação.

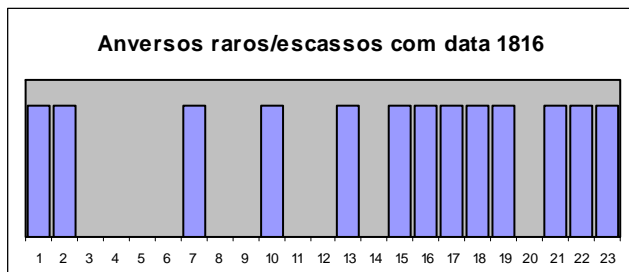
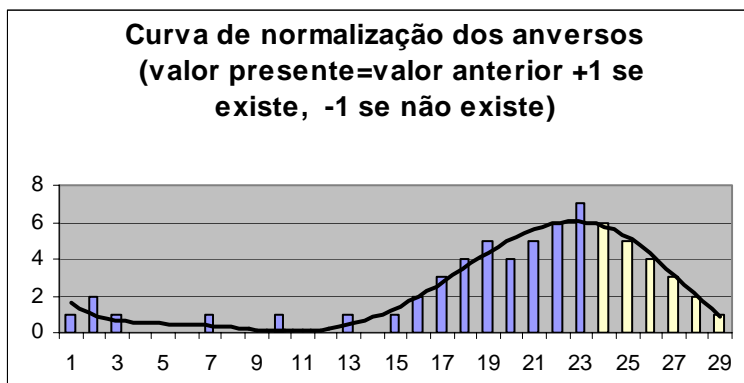
A curva continua mudando de perfil em 1814 e a inclusão das correções dos anversos não gera nada significativo em 1814 e 1815.
O pico de 1816, que não existia, é surpreendente, mostrando que a correção eleva a média de 1816 para impensáveis 230.000 moedas cunhadas, por anverso.

Resumo: A correção gerada pelos anversos raros e escassos não muda os perfis das curvas de cunhagem, independentemente do que causou essa raridade, seja por pouca cunhagem ou por perda ao longo do tempo. 1816 Bahia é evento singular, e nos mostra algo fora do comum acontecendo na cunhagem com essa data. (1816, período de prorrogação - foram cunhadas moedas em 1817, 1818 e 1819 com data de 1816).
Estudando as variantes de 1816B, verificamos uma concentração de variantes raras com muitas ligações entre reversos e anversos que talvez nos mostrem o caminho para entender o que aconteceu em 1816 para termos 230.000 moedas cunhadas por anverso.

Período 1816 - Prorrogação na Bahia

Examinado o perfil de anversos raros e escassos com data de 1816, verificamos uma grande contribuição, concentrada no final da prorrogação de 1816, apontando para o reverso da variante 15(5F) de 1814, muito usado nos anversos de 1816.

Anverso	variante (A)	variante (B)	variante (C)	anverso	
A01	R bc1			raro	
A02	E bc8			escasso	
A07	5R			raro	
A10	2R bc2	2R bc2	E bc3	escasso	
A13	5R	4R bc13		raro	
A15	R bc17			raro	
A16	2R bc18			raro	
A17	R bc42			raro	Reverso15
A18	E bc41	ME bc40		escasso	Reverso15
A19	ME bc20	5R bc21		escasso	
A21	E bc 43			escasso	Reverso15
A22	ME bc44	5R		escasso	Reverso15
A23	4R bc45			raro	Reverso15

No gráfico dos anversos raros, já se percebe a concentração. No entanto, para uma melhor visualização, podemos aplicar uma normalização, para identificar melhor o crescimento dessa concentração.

Aplicando:
(Valor presente)=(Valor anterior +1) quando o próximo anverso se mantiver raro/escasso
(Valor presente)=(Valor anterior –1) quando o próximo anverso não for raro/escasso

Na primeira metade do gráfico, a distribuição de cunhagem de anversos raros é aleatória, como seria esperado em todo o gráfico. Na segunda metade, vemos um padrão consistente e sucessivo, apontando para alguma causa específica que justifique esse comportamento.
Causas externas ao processo de cunhagem, que justificassem a concentração na curva, levam-nos a pensar em remessa de valores, seguida por ocorrência adicional, como naufrágios, roubo seguido de derretimento, etc. Ou seja, um evento que tivesse ocorrido naquele período, envolvendo todo o lote de moedas que, de alguma forma, se destruiu.
Não temos dados históricos relatando esses fatos e é improvável que isso possa ter ocorrido sem nenhum registro. Os autores dos livros de identificação de variantes podem ter concentrado as raras no final do período, isso é uma possibilidade. No entanto, em 1816, na Bahia, existe uma inter-relação entre as variantes raras, que independentemente da ordem de catalogação, mostrariam a mesma concentração.
Resta-nos a justificativa de eventos internos à Casa da Moeda. O que ocorreu foi um evento qualquer na cunhagem. A partir disso, as moedas podem ter sido perdidas ao longo do tempo,

como foram, mas de forma aleatória. Só um evento na cunhagem pode justificar a concentração encontrada no gráfico.

<u>Resumo</u>: O que vemos é uma concentração de anversos raros e escassos, num período bem definido, entre o anverso 13 e o 23, gerando mais de 70% dos casos. Vale ainda pontuar a presença constante do reverso da variante 15 de 1814. A causa está na cunhagem e não no processo de distribuição das moedas, ou seja, o que aconteceu foi evento interno à Casa da Moeda e referente à cunhagem, já na prorrogação de 1816.

Passamos a examinar os eventos nesse período.

Entendendo os 960 Réis de 1814B Variante 15(5F) cunhados com data de 1816

Resumo do assunto

Berbert de Castro encontrou 960 réis 1814B variante 15, nos quais se podia ver um 1816 por baixo de 1814 do ano do patacão. Examinando uma dessas variantes, pôde determinar um 960 réis 1816B variante 28 embaixo de uma 1814B variante 15. Diz ainda ter encontrado outro recunho de variante 15, com base 1816, que não identificou a variante, mas que não era a 28. Passou-se então a achar que a variante 15 de 1814 tinha sido usada depois de 1816 e para recunhagem de 960 réis de 1816 mal batidos. Helio Guimarães descreve uma variante 15 de 1814, cunhada diretamente sobre um 8 reales, como sendo única. Ildemar Margraf informa a aquisição de outra variante 15, cunhada diretamente sobre um 8 reales de 1817.
Berbert resume, no seu livro: “Não conseguimos encontrar uma explicação lógica dos motivos que levaram a Casa da Moeda da Bahia a fazer uma recunhagem de 960 réis de 1816, utilizando um cunho com anverso de 1814.”

Eventos de Cunhagem depois de 1816 na Bahia

Em função de todos os dados existentes, é desnecessário dizer que a variante 15 de 1814 foi batida na prorrogação de 1816. Também parece evidente que no final da prorrogação, os cunhos já tinham sido demasiadamente usados em 16,17, 18 e 19 e a escolha não era pelos melhores, mas pelos menos piores. O que precisamos encontrar é a razão pela qual houve concentração de variantes raras e escassas, que levou a uma elevação da média de cunhagem.
Na nossa curva de cunhagem, já podemos acrescentar mais 1 anverso (o da variante 15 de 1814), que, ao que sabemos, é escasso, e mesmo que não o fosse, passaríamos de 230.000 moedas por anverso para algo em torno de 215.000, o que, em si, não altera, nem explica o evento.

Cabe entrar nas sequências de cunhagem das variantes raras e da variante 15 de 1814.

Resumo dos dados que são conhecidos envolvendo a variante 15 de 1814

1- A variante 15 de 1814B foi batida para recunho de moedas de 1816.
2- Até o momento, conhecemos duas moedas variante 15 cunhadas diretamente em 8 reales, sendo que uma delas comprova que essa variante foi batida depois de 1817.
3- Problemas de cunhagem na variante 28 que levaram à recunhagem.
4- Problemas em pelo menos uma variante, diferente da 28, também levaram a recunho.
5- No período 1816-1819 foram usados 23 anversos e 24 reversos.
6- Algumas variantes da prorrogação de 1816 relacionadas ao estudo do reverso da 15.
   .1816B variante 32 Sevilha cj 1817 Leilão 28/11/09 snp
   .1816B variante 38 Lima jp 1818 Levy p 2.2
   .1816B Variante 40 México 1818 cunho rachado reverso (catálogo snp 4/2006)

Quadro de Anversos, com o reverso da variante 15

ANV								
A12	34	35	36	32	36A	33(e) reverso15		
A14	23	25	28	24	26	28A	28b	27(c) reverso15
A17	42(r) reverso15							
A18	40 (e)	41(e) reverso15						
A21	43(c) reverso15							
A22	44a (3r)	44(e) reverso15						
A23	45(u) reverso15							

Quadro de Anversos, usados nas demais seqüências de variantes raras, entre A13-A23

ANV	A	B						
A13	rara	rara						
A15	rara							
A16	rara							
A19	M escassa	rara						

Examinado as moedas das sequências dos quadros da página anterior, algumas chamaram atenção e foram selecionadas para serem detalhadas porque levam à identificação do que ocorreu na Casa da Moeda da Bahia, na prorrogação de 1816.

A Variante 28

Na variante 28, da série do anverso A14, existe um defeito em forma de dobra, verticalmente ao 960. Essa dobra aparece nas demais variantes da série A14.

A falta de superfície plana, causada por esse defeito no cunho, se refletia na moeda e ia danificando os cunhos de reverso causando-lhes deformações sem eixo definido (excêntricas). O exemplo disso é visto no anverso mais facilmente, moedas mesmo soberbas/flor, estão sempre mal batidas na orla, na região do 960 ou no lado oposto junto a NNES (de joannes). Um dos lados do anverso ficava sempre sem apoio, causando efeito no reverso oposto à dobra. Encontram-se variantes 28 que à primeira vista parecem MBC, devido ao desgaste evidente, mas que num olhar mais atento, fora do eixo atingido pela dobra, tais como a coroa, o BRAS D. e o G. PORT, podem ser consideradas em estado S/Fc.

A sequência de rachaduras existentes no seu anverso demonstra que só na 28 o processo teve início. Começa no B de Brasil, seguindo até o início do escudinho, desliza para baixo, margeando as letras do bordo e sobe até o bico do escudo. Passa pelo escudo e sobe levemente pelo último castelo da direita. Duas outras, circulares, de D de BRAS D até a cruz.

Na sequência seguinte de rachaduras, aparecem moedas que quase unem a rachadura do B de Brasil-escudo ao castelo superior central, sobe em direção à coroa, passando pelo meio do diadema. Deste ponto em diante não se encontram mais variantes 28 com outras rachaduras no anverso, que só vão aparecer na variante 27(reverso da 15), idênticas ao último estágio da 28. As demais variantes batidas com esse anverso são precursoras. Algumas mostram os problemas do cunho e do desgaste, mas sem as rachaduras.

Nas últimas variantes 28 reverso, o triângulo da direita (preferencial) ou esquerda, era batido sem definição, muito fraco e praticamente sem alto relevo. Na observação ao longo da cunhagem da 28, percebe-se que seu reverso vai se amoldando à dobra de anverso, perdendo também a superfície plana e causando esses defeitos nas moedas, que também se observam nos reversos da 23 e 25, comuns e facilmente encontradas.

Na 23(14 A), além do problema do amoldamento do reverso à dobra de anverso, também racha levemente na orla, depois se irradia, passando pelo B de SUBQ até o centro, criando uma grande marca no globo. Na 25(4B), situação semelhante de amoldamento gerou problemas no triângulo do pé, que passou a não ser batido.

<u>Resumo da 28:</u> O defeito no cunho do anverso A14 levou ao descarte sucessivo dos reversos usados na sequência. Os problemas, tanto no anverso quanto no reverso da 28, penúltima da sequência, indicariam substituição de cunho. No entanto, os fatos demonstram que o reverso foi abandonado primeiro e usado, mesmo danificado, para bater nos anversos 15 e 16, ambos raros. O anverso ainda foi usado mais tarde, na 27 (reverso da 15).

Evolução das rachaduras da variante 28.

Cunhagem da variante 27, iniciada no último estágio das rachaduras da variante 28.

A Variante 32 (anverso 12)

É possível que esta seja a variante chave nos últimos dias de cunhagem na prorrogação de 1816, não apenas por existir a Sevilha cj 1817(prorrogação) em uma de suas bases, mas por representar o que estava acontecendo com os cunhos na Casa da Moeda. O cunho dessa variante rachou, como muitos outros que conhecemos, mas o dano foi de tal ordem, que até o seu bordo (acima do subq) apresenta um ramo de prata de 1cm de comprimento e de 1mm de altura. Essa rachadura se estende do Q (subq) em direção ao centro por mais de 1cm. Em situações normais, as péssimas condições das moedas chamariam a atenção do moedeiro para troca do cunho, mas, mesmo assim, continuaram a cunhagem. Variantes 32 com reverso rachado são muito fáceis de encontrar. Com rachadura muito larga e grossa são mais dificeis, mas não chegam a ser raras.

O reverso dessa variante já foi usado com uma pequena rachadura do lado direito do pé. A precursora é a 3 A Lupercio, 10 A Serrano, rara, e já com essa rachadura. Mesmo assim, acabou sendo usado para bater a 32 e, pelo que se vê, foi usado até a exaustão.

A última sequência do anverso 12 foi a variante 33/12E, que leva o reverso da variante 15 de 1814. A peça não é das mais facéis de se encontrar e é catologada como variante muito escassa. O que pode ser notado, examinando poucas peças, é que o anverso mantém a moeda base na parte superior da coroa, mostrando ali um desgaste intenso, provável razão do afastamento do anverso.

Análise dos Anversos raros 13, 15 e 16

	A	B	C	D	E	F	G
Anverso 12				Comum			
Anverso 13	rara	rara					
Anverso 14		Comum					Comum
Anverso 15	rara						
Anverso 16	rara						

Variante 15 A (rara)

No estudo da variante 28 (14G), verificamos que problemas no cunho de anverso poderiam causar problemas nos reversos. O particular indicativo era o triângulo da direita. Nessa variante, vemos que o reverso da 14G, já em péssimas condições, foi usado nesse anverso. O triângulo da direita praticamente não é estampado. O anverso também está muito ruim, cunhagem fraca, com letras borradas e muito empastadas. Isoladamente é prematuro dizer que esse anverso estava muito ruim e foi descartado na primeira seleção, sendo usado apenas num momento de falta de cunhos. Precisamos analisar algo em comum entre as demais variantes do período, para reduzirmos o grau de incerteza.

Variante 16 A (rara)

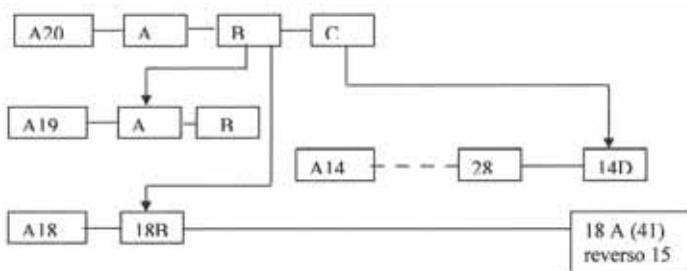
Mesmo caso de reverso usando a 28 (14G). Vê-se adicionalmente pequena rachadura no triângulo esquerdo, além da ausência do direito. O anverso também nas mesmas condições da variante 15 A, com letras borradas e cunho fraco, em toda orla.

Variantes 13 A e 13 B (raras)
Novamente processo de experimentação de anversos, usando os reversos das sequências 12 e 14. São raras, mas as que foram possíveis ver, parecem ter sido batidas com um cunho muito raso e fraco. Não foi o caso, já que esse anverso aparece apenas nessas duas variantes e bateu muito poucas. Tudo leva a crer que o cunho já foi construído com problemas. O importante aqui é verificar que os anversos 12 e 14 são novamente usados, mesmo não estando em boas condições.

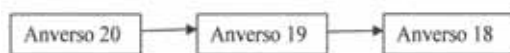
Análise do Anverso raro/escasso 19

	A	B	C	D	E	F	G
Anverso 14				rara			
Anverso 18	*	me					
Anverso 19	me	rara					
Anverso 20	rara	comum	comum				

* Este anverso tem sequências com o reverso da 15. Será analisado no conjunto com o mesmo reverso.

O anverso 19 parece sair um pouco do padrão das variantes do final da prorrogação que examinamos até o momento. O anverso 14 também entra aqui, no entanto o seu reverso não gerou a variante 20C. Parece ter sido ao contrário, 20C e depois 14D.

Variante 19 A (M. escassa)
O anverso tem pérolas intactas com elementos do diadema muito gastos, parte superior do escudo borrado e unido aos castelos. O reverso é o da 20B (39) e a análise de algumas moedas não mostra sinais de deterioração nesse reverso.
Considerando o estado geral das moedas, parece que bateram a 20B e 20C em sequência e só depois voltaram com o anverso A14, tentando um dos reversos disponíveis (20C) e repetindo o processo no anverso 19 (novo), batendo com o 20B.

Variante 19B (rara)
Esta tem um dos dois reversos novos, um deles só aparecendo aqui para bater mais uma variante rara.

Variante 18B(ME)
Continuando a sequência de troca de cunhos, vamos encontrar este novo anverso, que será experimentado com o reverso já desgastado da 39 (20b).Vai novamente bater poucas moedas, com um adicional comprovado da existência de México 1818 em uma Base, e adicionalmente com o reverso rachado.
Essa variante elucida a época da cunhagem e já altera a sequência que conhecemos, apenas utilizando moedas da prorrogação já conhecidas.
A sequência de cunhagem pode ser vista aqui.

O Anverso 20 bateu a sequencia A,B,C , sendo que 20C (38 berbert) tem base 1818 Lima.
O Anverso 18 bateu a 18B após a 20B (cunho de reverso rachado na 18B, com base Mexixo 1818).

Variante 18 A(E)
Só vai ser batida após o esgotamente dos reversos e a entrada do reverso 15 de 1814.

Análise geral dos anversos 13, 15, 16 e 19 e combinações nos anversos A12 e A14

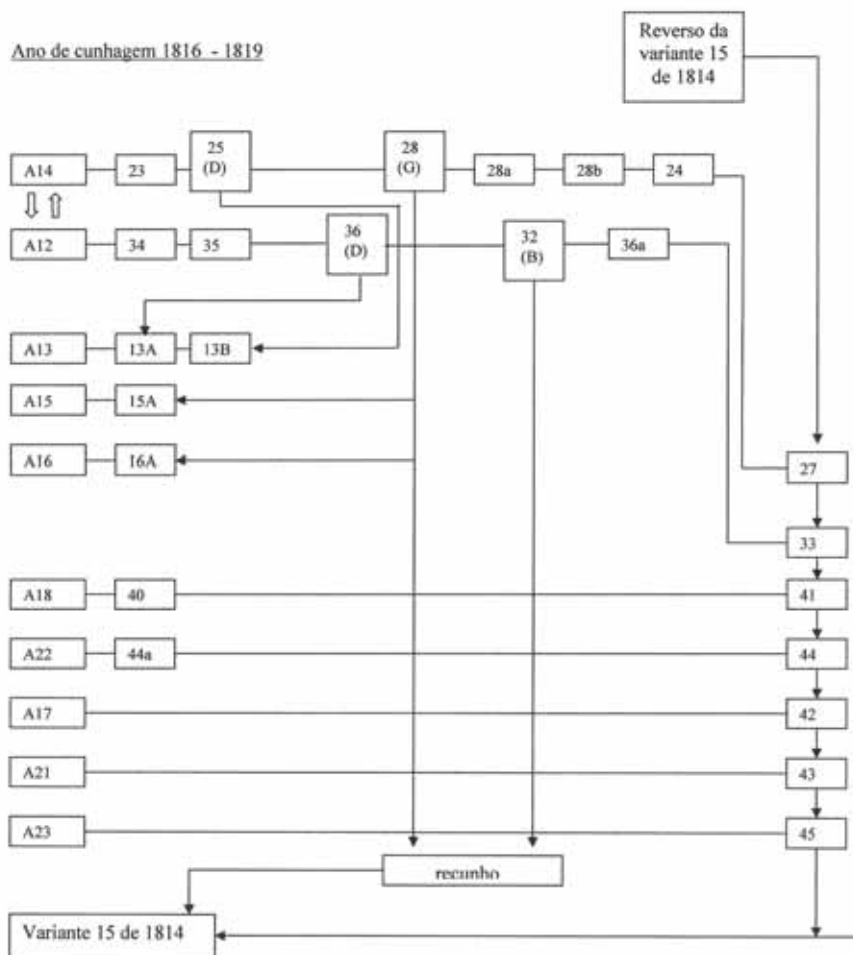
Individualmente, pode-se dizer que estes anversos estavam em más condições, bateram poucas variantes e foram descartados. No entanto, o que se percebe é a necessidade de cunhar moedas e a falta de cunhos. Entra em cena, mais uma vez, a variante 28 (14G). Mesmo com o seu anverso e reverso precisando ser descartados, opta-se por usar o reverso e bater nos anversos 15 e 16. Resultado: poucas variantes batidas (raras) e processo interrompido. Na dúvida entre o que estava melhor ou pior, escolhe-se outro reverso da serie 14, o 14B(25), também com reverso defeituoso, em função do defeito no cunho do anverso 14 - ver variante 14G(28). Só bate a 13B, rara. O processo é interrompido novamente. Na sequência, foi-se buscar o reverso da 12D(36), para bater a 13 A e mais uma vez o processo é interrompido.
A análise do anverso 19 nos mostra uma situação mais dificil de entender. O anverso A20 é gerador de variantes comuns, e aparentemente foi batido primeiro. Dos 4 anversos e 2 reversos novos (fora a sequência da 15) 2 reversos são usados aqui para bater 19B e 20 A, raras. Obviamente cabe a pergunta: com tantos problemas nos reversos e anversos, de onde aparecem 4 anversos e 2 reversos, todos novos, só batem variantes raras,e são descartados? Isso, num contexto de cunhagem em que as moedas saem todas ruins e se vêem cunhos com rachaduras muito além do razoável - exemplo a 12D(32) e ainda numa mesma seqüência, combinando com cunhos gastos demais. A resposta possível nos leva a pensar que tinham sido descartados no início da cunhagem

de 1816 por estarem sem condições. Neste momento da cunhagem, o objetivo era continuar cunhando e usar o que se tinha, ou que foram feitos no momento da necessidade e com material ruim, ou por outra razão qualquer não foram feitos de forma adequada. Qualquer que seja a razão, não altera a sequência, ou seja, foram todos usados num mesmo momento e falharam no propósito de cunhar.
O mapeamento dessas sequências nos mostra a busca sistemática por cunhos em condições de uso. Aparecem 5 anversos e 2 reversos novos que falham, e percebe-se que encontrar um reverso em bom estado é a prioridade. A busca desse reverso nas sequências A12 e A14 não é tarefa fácil, e não tem sucesso.
Finalmente, quando aparece o conhecido reverso da 15, independentemente de onde ele venha, seja do estoque de reversos novos e descartados, seja feito em 1814, o problema parece ter sido resolvido.

Análise geral dos anversos 12, 14, 17, 18, 21, 22 e 23

Aqui fica mais fácil entender. Uma vez encontrado um reverso ainda em condições, bastava separar os anversos supostos aceitáveis e continuar a cunhagem. O resultado sabido foi: 2 raras nos anversos A23 e A17, o A18 e A22 batendo escassas, o A12 batendo uma escassa, e o A21, comum. O que chama atenção é o combalido anverso A14, que depois de bater as sequências (23, 25, 28...), ter rachado em diversos pontos, ter sido trocado no experimento A15 e A16, consegue voltar à cena e ainda bater uma variante com o reverso da 15, a variante 27, que conhecemos como comum.

<u>Resumo:</u> Nas sequências raras da prorrogação de 1816, os anversos 12 e 14 aparecem de forma consistente, emprestando seus reversos para combinação com anversos ainda não usados e que só batem poucas moedas, estando também envolvidos em recunhagem.

Continua na página seguinte

Resumo da sequência de eventos

1- Processo de cunhagem exaurido nas variantes 28(14G) e 32(12D).

2- Os anversos inicialmente descartados e/ou em más condições, 13, 15, 16 e 19, são combinados com os reversos exauridos A12 e A14, resultando na cunhagem de umas poucas peças, que hoje

conhecemos como variantes raras. O processo também é abandonado, pela péssima qualidade das moedas.

3- Descobre-se um reverso em boas condições, reverso da 15 de 1814(5F), tenha ele sido feito em 1814, descartado e voltado à cunhagem, porém feito em 1816, ou feito às pressas para terminar de cunhar o que faltava. Não é possível saber ou deduzir com os dados que temos. O importante é que esse reverso apareceu no final da prorrogação e em condições de cunhar.

4- Separam-se todos os anversos já desgastados, que parecem ainda possíveis de serem usados. Com eles e com o reverso da 15 batem-se as variantes 27, 33, 41, 42, 43, 44 e 45. Quatro escassas, duas raras e uma dita comum.

5- O processo se exaure novamente e a solução final é encontrada: Usar um anverso de 1814, a própria variante 15(5F) de 1814. Recunham-se as variantes 28(14D) e 32(12D) postas de lado e sem condições de circulação e, possivelmente, mais alguma coisa, seja um 960 de outra variante mal cunhada, ou mesmo um 8 reales que andava por lá.

No quadro abaixo, temos os anversos envolvidos na nossa sequência de eventos e a contribuição de cada variante comum, para a média das 230.000 moedas por anverso. As variantes raras, presentes nesses anversos, entram com contribuição zero. Para as escassas, seria dificil arbitrar um número. Vamos considerar o total de seis.

Anverso	variantes comuns	variantes escassas	* Moedas/ variante C
12	3	1	76667
14	4	0	57500
13	0	0	Não tem
15	0	0	Não tem
16	0	0	Não tem
17	0	0	Não tem
18	0	2	Não tem
21	0	1	Não tem
22	0	1	Não tem
23	0	0	Não tem
V15(1814)	0	1	Não tem

* 230.000 dividido pelo número de variantes comuns, batidas no anverso.

Arbitrar quantas moedas são batidas em uma sequência é sempre tarefa destinada a grandes equívocos. No entanto, não custa fazer mais esse exercício. Olhando a estrutura das variantes comuns, que entram na nossa sequência final, vamos ver o envolvimento da 25, 28, 32 e 36. Usando a tabela acima, isso vai dar 268.333. Supondo que uma variante escassa não deve bater mais do que 500 moedas, e que temos seis escassas, o total vai para 271.333. Somar as demais

raras da sequência a 271.333 em nada muda a ordem de grandeza desse número, mas vamos arredondar para 272.000.
Em resumo, nossa sequência final de cunhagem bateu 272.000. Os registros oficiais mostram que a Bahia bateu 267.500 moedas em 1819. Curiosamente, menos de 1% de diferença.

Conclusão

As variantes 28(14G), 32(12B), 15 de 1814(5F) e todas as variantes dos anversos 13, 15, 16, 17, 18, 21, 22 e 23 foram batidas em 1819. Tudo indica que as variantes 25(14D) e 36(12D) também foram batidas em 1819.
Quanto ao número espantoso de mais de 230.000 moedas cunhadas por anverso, com data de 1816, só para relembrar, é 10 vezes maior que a média do Rio e mais do dobro da média mais alta, da própria Bahia. Esse número é verdadeiro e tem uma explicação. Era preciso cunhar! Não importava como. Limites e regras foram abandonados, em nome do objetivo maior de cunhar. O que Berbert dizia, de não fazer sentido terem escolhido um anverso de 1814 para cunhar moedas depois de 1816, descrito lá no início da nossa pesquisa, acaba por ter uma resposta bem simples. Fizeram isso porque não havia mais nenhuma opção. O que se tinha disponivel era um anverso de 1814 e, simplesmente, seguiram a determinação de alguém, que mandava cunhar moedas.

Selos de “Taxa devida” da Noruega

Luis Claudio Fritzen - Florianópolis, SC

A partir do Tratado de Berna, de 1876, e ratificado posteriormente pela criação da UPU – União Postal Universal, em 1879, todos os países do mundo passaram a adotar a obrigatoriedade de “selar” as correspondências, as quais seriam pagas antecipadamente pelo remetente. Acontece que muitas vezes o pagamento efetuado era insuficiente ou até mesmo inexistente. Nessas hipóteses de sub-franquia, o destinatário deveria pagar a diferença, a fim de receber a missiva. Para tanto, começaram as diversas Administrações Postais a emitir selos indicando o valor a ser pago pelo destinatário, ou na definição de Raymundo Galvão de Queiroz, “selos a serem aplicados às correspondências taxadas insuficientemente ou às não-franqueadas na origem. Usados, normalmente, pelos carteiros e inutilizados no ato de entrega da correspondência. É o mesmo que selo de multa ou de taxa devida.” (Dicionário do Filatelista, Ed. Thesauros, 1988, p. 259).

No caso da Noruega, a Administração Postal foi encomendando os selos de acordo com a demanda, e algumas séries demoraram vários anos para se “completarem.”

Os primeiros exemplares noruegueses, impressos pela Central Trykkeriet, com picotagem de 14,5 x 13,5, possuíam a legenda “at betale”, e continham o valor facial de 1 Øre, emitido em 8 de junho de 1889, e de 10 Øre, emitido em 29 de junho de 1889. Em 19 de julho daquele mesmo ano foi impresso o exemplar de 50 Øre. Em 10 de outubro de 1890, o selo com valor facial de 20 Øre, e somente em 11 de setembro de 1893, o exemplar de 4 Øre. Naquele mesmo local, foram impressos novos exemplares do selo de 10 Øre, em 18 de abril de 1893, diferenciando-se dos anteriores pela nuance de cor, que agora passou a ser bordô ao invés de rosa como antes, e o selo de 20 Øre, com picotagem de 13,5 x 12,5.

A segunda emissão na Noruega foi efetuada por H. Knudsen, com picotagem 13,5 x 12,5 e inscrição “at betale”. Igualmente foram sendo impressos de acordo com as necessidades. O primeiro exemplar foi lançado em 14 de abril de 1889, no importe de 10 Øre, e depois, em 9 de setembro de 1897, com valor facial de 20 Øre. Logo em seguida, em 24 de janeiro de 1899, nova emissão do selo de 20 Øre, na cor ultramar, ao invés de azul claro como na tiragem anterior. Em 19 de janeiro de 1904, saiu o selo com valor de 4 Øre, em ocre púrpura, e em 12 de dezembro de 1912, novamente o mesmo valor, com a cor lilás. O selo de 15 Øre foi emitido em 4 de junho de 1914 e o de 1 Øre, em 23 de fevereiro de 1915.

A terceira emissão, igualmente impressa por H. Knudsen, com a legenda “å betale”, continha a picotagem 14,5 x 13,5. Em março de 1922, começaram a ser utilizados os selos de 4 Øre e de 10 Øre, e em junho de 1922 os de 100 Øre e de 200 Øre. É desconhecida a data do exemplar de 40 Øre. Em 18 de dezembro de 1923, o selo de 20 Øre. Finalmente, em 1927, novas tiragens dos selos de 4 Øre, na cor lilás pálido ou invés do lilás anterior, e de 40 Øre, azul pálido ao invés de ultramar.

A partir de 1º de outubro de 1927, não mais foram utilizados selos especiais, mas sim um carimbo com a letra “T”, sobre selos ordinários, como se fossem uma sobrecarga. Existem exemplares com círculo e outros sem (ver imagem da página seguinte).

1927 – CANCEL "T", FOR USE POSTAGE DUE

From October 1, 1927 there were no more postage due issues, using ordinary stamps with cancel "T", with and without circle

Censura postal brasileira: Novas descobertas

Roberto João Eissler - Jaraguá do Sul, SC

O objetivo deste artigo é apresentar algumas marcas postais que não constam no catálogo Meiffert, 2001.

O catálogo Meiffert é referência para quem coleciona “Censura Postal Brasileira”. Ele foi lançado em agosto de 2001 e, a partir de novembro de 2002, a casa filatélica “Neumann Filatelia” (www.neumannfilatelia.com.br) cria em sua tradicional venda sob ofertas, um capítulo específico para a censura postal brasileira.

Neumann utiliza a numeração do catálogo Meiffer nas descrições dos lotes de censura e, desde então, mais de quarenta peças não catalogadas foram relacionadas e vendidas a diversos colecionadores. Algumas não aparecem no catálogo, outras vezes é uma cor diferente ou mesmo datas discordantes. Esse número é um forte indício de que precisamos contribuir para a ampliação do catálogo.

Entretanto, apesar das imagens de algumas dessas peças estarem ilustradas no catálogo de vendas, a reprodução se dá em tamanho reduzido e em preto e branco, não permitindo que se faça a descrição conforme o catálogo (dimensões, cor, período de uso). Se quem as adquiriu descrevesse essas peças e publicasse, estaria contribuindo para a história postal brasileira e também para a atualização do catálogo.

Figura 1. Envelope de S.Manoel (?.09.1932) para São Paulo. Franqueado em 200Rs, 1º porte simples nacional. Carimbo oval “Censura Policial São Paulo” Meiffert nº1.4.10 amarrando etiqueta cinza usada como fita de censura. Verso carimbo oval (cor preta?) da “Delegacia de Polícia S. Manoel – E. de S. Paulo”, dimensões 52x38cm, com brasão e anotação manuscrita de censura.

Também é possível encontrar na literatura alguns envelopes ilustrando textos que não se referem à censura. Um exemplo é o envelope registrado que está na página 43 do livro “História Postal dos selos comemorativos no Brasil 1900-1942”, de Luiz A. Duff Azevedo. Esse envelope apresenta um carimbo oval com a palavra censura - que não consta do catálogo - e foi circulado em 27/09/1932 de Sorocaba para São Paulo.

Os cinco e envelopes exibidos neste trabalho contêm marcas postais diferentes das constantes na referida venda sob ofertas.

Figura 2. Envelope de Itu para o Rio de Janeiro (02.01.1936). Franqueado em 300Rs, 1º porte simples nacional. Verso carimbo oval preto de dimensões 56x30mm com inscrição “Delegacia de Policia Ytú – Est. S. Paulo DEZ 30 1935” e anotação manuscrita (aparentemente com nome do censor) amarrando etiqueta branca Meiffert nº3.1.9 usada em período não listado no catálogo: dezembro de 1935, em SP.

Figura 3. Envelope de Porto Alegre (06.11.1940) para Santa Maria. Franqueado 400Rs, 1º porte nacional. Carimbo retangular azul de dimensões 49x29mm “Livre DR. Santa Maria”.

Figura 4. Envelope de Caxias, RS para Porto Alegre (21.10.1930). Franqueado 300Rs, 1º porte nacional. Carimbo bilinear azul “Censura REVOLUCIONARIA CAXIAS” de dimensões 71x10mm / 32x7mm.

Figura 5. Envelope de Aracaju (17.05.1943) à Bahia (21.05.1943). Carimbo preto oval “Censura D.R. ...C...” medindo 50x29mm. Aparentemente, a letra C sugere que este carimbo possa ser da cidade de Aracaju. Seria o primeiro dessa localidade a ser catalogado. Entretanto, se não for um C, mas um O, Maceió seria outra possibilidade.

Selos de Taxas Maçônicas

E. Figueiredo - São Paulo, SP

"Quem guarda, tem !..."
Minha saudosa falecida Mãe

Infelizmente, em quase todos os setores, não há uma preocupação maior em se preservar a memória. Destroem-se, e vão para o lixo, preciosidades que no futuro farão falta quando se pesquisar com o propósito de se resgatar a História. Poucos são aqueles que têm a visão de que construímos a História ao longo do tempo e, raríssimos são os que guardam, para a posteridade, documentos e dados fiéis, que registram os acontecimentos, que propiciem aos pósteros elementos que não distorçam a verdade e que confirmem os fatos. São a principal matéria-prima para os pesquisadores e historiadores, com suas perambulações para recompor a História, agindo como detetives, para elaborarem os resultados dos seus trabalhos e divulgá-los com seriedade, contando os episódios com a maior fidelidade possível.

Uma das fontes em que os pesquisadores e historiadores se baseiam, para buscar determinados dados e confirmações de acontecimentos, nas suas andanças e peregrinações, são coleções. Coleções de selos, moedas, medalhas, jornais, revistas, pinturas, fotos, cartões-postais, cartas, caixas de fósforos, embalagens de cigarros, brinquedos, figurinhas, bilhetes de loterias, livros e manuais são alguns poucos exemplos. Geralmente, o valor intrínseco das coleções é medido pela raridade das peças que as compõem, justamente porque o que fica para a posteridade é o que escapou da destruição, é algo que alguém guardou, seja intencionalmente para ter um registro ou, quase sempre, por razões sentimentais. Assim, quanto menos existir determinado objeto, maior será o valor do que sobreviveu e maior dificuldade para aqueles que buscam informações para o trabalho que se propõe a elaborar para contar a História. O colecionismo, dessa forma, passou a ser uma das maiores fontes para se pesquisar, seja qual for o segmento e o objetivo focados.

Dentre tudo que se coleciona, a Filatelia é considerada o *hobby* por excelência, o mais popular e praticado em todo mundo! Além da ideia básica de entretenimento cultural, pode ser considerada uma arte e até uma ciência, que faz por preservar a memória dos principais acontecimentos da Humanidade. É o testemunho da história e cultura do mundo. Os selos refletem as imagens de todas a nações do planeta de acordo com as suas particularidades inerentes e características peculiares, retratando aspectos culturais, sociais e históricos. É um fundo de conhecimento geral. Face à sua importância, diversos países introduziram a filatelia em seus currículos escolares. Os filatelistas costumam dizer que os selos postais contam a verdade!

Na Maçonaria havia um expediente de se selar os documentos com uma estampilha, comumente referida como "*Taxa Maçônica*", hoje descontinuada em virtude da informatização. Eram selos apostos em pranchas, rituais, requerimentos, "*Quite Place*t", diplomas, certificados e mil outros documentos, para dar autenticidade legal do que emanava da Potência Maçônica. Algumas poucas Lojas Maçônicas chegaram a fazer uso dessa prática. Esses papeizinhos têm aparência de selos postais e, como eles, cores características, uns picotados, outros *percês*, alguns como adesivos e nos mais variados formatos: quadrados, retangulares, circulares, ovais e até estrelados. Obviamente, teria de aparecer interessados em colecionar e estudá-los, no mesmo critério filatélico.

Alguns selos Maçônicos foram usados por décadas, outros caíram em desuso em pouco tempo, e, por vezes, alguns foram substituídos, alterados ou modificados, o quê trouxe uma variedade de *espécimen*. Tais selos, geralmente com as cores e emblemas das entidades, registraram, de alguma forma, passagem e evolução da Sublime Ordem em suas variadas Potências, ao darem autenticidade em algum documento por elas emitidos e despachados. Contudo, nunca houve a preocupação voluntária de se guardar exemplares para a posteridade. É provável e lamentável, que algumas dessas entidades não mais existam e que teriam a mesma prática: o expediente de selar e carimbar seus documentos, agora, perdido no tempo.

Os selos usados pelo Grande Oriente do Brasil eram os mesmos para todo o país. As Grandes Lojas, porém, tinham o seu uso conforme o Estado da Federação, apesar de que algumas não utilizavam ou recorriam a apenas aos carimbos, com as divisas da entidade, para dar autenticidade à documentação da Ordem. Os carimbos aparecem, por vezes, obliterando selos Maçônicos. Esses conhecimentos se adquirem com o colecionismo de selos de taxas Maçônicas. Ao estudá-

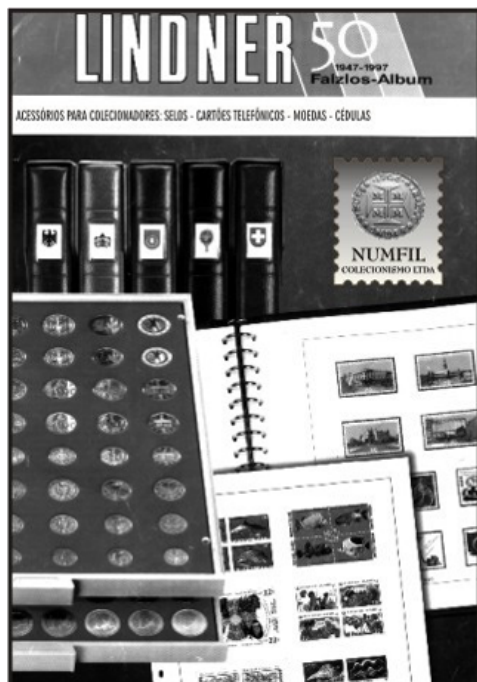
los, muita coisa se descobre, como exemplo, que o selo azul, utilizado durante muitos anos nos documentos pela Grande Loja Maçônica do Estado de São Paulo, havia sido precedido de um idêntico na cor vermelha, considerado raríssimo pelos entendidos. Alguns Supremos Conselhos (entidades que ministram os Graus Filosóficos para os Maçons) chegaram a utilizar selos em seus documentos e correspondências. Encontramos muitos selos criados para registrar efemérides de Lojas e Potências, como aniversários de Loja, jubileus, conferências ou algum evento importante, apostos em cartas, envelopes e convites. Essas estampilhas, pois, têm parte da história da Maçonaria. E, como não poderia deixar de ser, acabou despertando a curiosidade e o interesse de pessoas em colecioná-las. Mas são raríssimos os colecionadores que surgiram interessados nesses selos, para guardar, colecionar e estudar, a exemplo dos selos postais, propriamente dito. Não obstante, deve seguir a mesma metodologia da coleção filatélica, como senso de observação, atenção, paciência, registro e rigor na avaliação, elementos obrigatórios para se chegar à profundidade do tema que se está pesquisando.

O colecionismo de Selos de Taxas Maçônicas é considerado tão importante que um dos maiores pesquisadores Maçônicos do Brasil, o escritor maçonólogo, numismático e filatelista Kurt Prober (1909-2008), do Rio de Janeiro, ímpar na pesquisa Maçônica brasileira, editou um catálogo para registrar, o que até a data da sua edição fora possível reunir, as emissões dessas estampilhas. Um trabalho de fôlego, com reproduções dos principais selos Maçônicos encontrados, facilitando, sobremaneira, àqueles que pesquisam e estudam o assunto ou que, também, colecionam. Como esses selos tinham trâmite restrito, isto é, apenas no âmbito da Maçonaria, torna-se extremamente difící pesquisar e obtê-los, principalmente os antigos, da época em que os livros, documentos e objetos da Sublime Ordem eram guardados a Sete Chaves.

A coleção de Kurt Prober, que ele apregoava com orgulho ser a maior do mundo, foi cedida a um colecionador brasileiro, que prefere se manter no anonimato, não só pelo valor estimativo e sentimental mas, principalmente, monetário, cuja avaliação do acervo não é revelada. Segundo se sabe, a intenção do atual proprietário dessa coleção é doá-la para o museu de uma das Potências Maçônicas do Brasil.

São poucos, realmente, os colecionadores conhecidos de Selos de Taxas Maçônicas, e, quase todos filatélicos ávidos por descobrirem peças raras para aumentar e valorizar, ainda mais, suas coleções. E é provável que existam essas peças enfurnadas em velhos baús ou fundos de gavetas, e, numa eventual faxina, correm o risco de irem para o lixo....

...continuando-se a destruir a História!

Não obstante, nem tudo está perdido! Graças à semente plantada por Kurt Prober e aos poucos aficionados na coleção de Selos de Taxas Maçônicas, que ainda insistem nas suas pesquisas, esses papeizinhos ainda têm muito a revelar porque, para o colecionador, a busca é sempre infindável...

Temos interesse em adquirir:

Moedas anômalas (boné, defeito de cunho ou disco).

Material filatélico referente a:
- Mergulho submarino;
- Naufrágios;
- Conchas marinhas;
- Carimbos da cidade de Igaratá - SP (anteriores a 05/12/1969);
- Carimbos da cidade de Conchas - SP (da década de 40 ou anterior).

Celso e Daniela Suzuki

Cx. Postal 20.432 - Kobrasol
CEP 88102-970 - São José, SC
suzuki@floripa.com.br

Para anunciar no boletim
Santa Catarina Filatélica:

Página inteira:	R$ 60,00
Meia página:	R$ 40,00
Terço de página:	R$ 30,00
Quarto de página:	R$ 20,00

Próxima edição:
março de 2011

O Colecionismo depende de todos nós.

A AFSC desenvolve um importante trabalho de divulgação do colecionismo em geral, além da edição deste Boletim - Santa Catarina Filatélica. Anualmente, realiza, no mês de agosto - mês do seu aniversário de Fundação -, o tradicional Encontro de Colecionadores.

Todas as publicações e convites para realizações da AFSC são enviados aos associados, Clubes e Associações congêneres. Há também uma biblioteca especializada à disposição dos associados na Sede da AFSC.

Para suporte aos dispêndios decorrentes das atividades referidas, a AFSC depende principalmente da arrecadação das anuidades pagas por seus associados, que podem ser das seguintes categorias:

Efetivos - residentes na Grande Florianópolis com idade a partir de 18 anos .... R$60,00

Juvenis - com idade inferior a 18 anos .... R$10,00

Correspondentes no Brasil - residentes fora da grande Florianópolis .... R$30,00

Correspondentes no Exterior - residentes fora do Brasil .... US$ 35,00

Associe-se! Remeta à Associação a ficha da página 46, devidamente preenchida, acompanhada de cheque nominal à AFSC, ou de cópia do recibo de depósito na conta corrente 5.049.097-4, agência 5255-8, banco 001- Banco do Brasil.

Ao pagar a anuidade, você terá direito a um anúncio de texto, gratuito, no site: **www.afsc.org.br**

ÍNDICE DE ANUNCIANTES (ordem alfabética)

ERRATA

Por erros de edição no último número (61) de nosso Boletim, na página 13:
Onde se lê “cujo responsável insiste....” leia-se “que muitos insistem....” e, onde se lê “Poderia, ao menos, dizer....” leia-se “Poderiam ao menos dizer....”

Associação Filatélica e Numismática de Santa Catarina
Fundada em 6 de Agosto de 1938
Fone/Fax (48) 3222-2748 – Caixa Postal 229
CEP 88010-970 – Florianópolis – SC
www.afsc.org.br

INSCRIÇÃO / ATUALIZAÇÃO DE ASSOCIADO

Nome: ____

Endereço ou Cx. Postal: ________________________________

CEP: __________ Cidade: ____________________ Estado: _______

Telefone: ____________ Profissão: ____________________________

Sexo: ___________ Data de nascimento: _______________________

E-mail: ____

COLECÕES / TEMAS DE SEU INTERESSE:

____

____

____

____

____

☐ Sócio Efetivo ☐ Juvenil ☐ Corresp. Brasil ☐ Corresp. Exterior

Data: ____________ Assinatura: _____________________________